

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 519.023 - RS (2019/0189670-5)**

**RELATOR** : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
RICARDO MARQUES BORBA - RS017316  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : DOUGLAS DOS SANTOS GONCALVES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, impetrado em favor de **DOUGLAS DOS SANTOS GONCALVES** contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** no Agravo em Execução n. 70080217714.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das execuções deferiu o pleito do paciente de progressão ao regime semiaberto e de concessão de livramento condicional (fls. 76-77).

Por sua vez, o Ministério Público Estadual interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, que deu provimento ao recurso conforme v. acórdão de fls. 144-148 assim ementado:

*"AGRAVO EM EXECUÇÃO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. DESCABIMENTO. Embora o sentenciado preencha o requisito temporal e possua bom comportamento carcerário, sua transferência per saltum para o livramento condicional é temerária. Isto porque, o magistrado progrediu para o regime semiaberto e na mesma oportunidade concedeu o benefício, não se justificando sua transição direta, uma vez que sequer chegou a usufruir de regime menos gravoso, salientando que o referido benefício é a última etapa do sistema progressivo. Igualmente, depreende-se que o reeducando ao deparar-se com uma menor vigilância, empreendeu faltas graves, as quais, por consequência regrediram seu regime para o fechado.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*PROGRESSÃO DE REGIME. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA O DIA DO IMPLEMENTO DA CONDIÇÃO OBJETIVA. CABIMENTO. Uma vez implementado o requisito objetivo, ou seja, tempo cumprido de pena e, após a apreciação dos elementos subjetivos é que a alteração do regime é permitida. Mas para fins de data-base, esta poderá retroagir a data do implemento do requisito objetivo e não a data em que é deferida a efetiva progressão pelo magistrado.*

**RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO."**

No presente **writ**, sustenta que *"decisão agravada, que in deferiu a benesse ao ora paciente, não se coaduna com a norma do artigo 112 da LEP, bem como não está de acordo com o memorável entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre a questão, posto que preenchido o requisito objetivo e subjetivo, ante o atestado de bom comportamento carcerário, emitido pelo diretor do estabelecimento penitenciário e avaliações psicossociais favoráveis apresentadas"* (fl. 6).

Aduz que, *"quanto ao fato do apenado ir diretamente do regime fechado para o livramento condicional, importante ressaltar que são institutos diferentes, com regramentos distintos, sendo um instituto de execução penal e outro do direito penal. De forma que uma vez preenchidos os requisitos para o livramento condicional, o fato do apenado encontrar-se em regime fechado é indiferente"* (fl. 7).

Requer, assim, liminarmente, a suspensão dos efeitos do v. aresto ora reprochado e, no mérito, pugna pela concessão da ordem *"cassando-se a decisão proferida pela Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado/RS, para que seja o livramento condicional deferido ao paciente"* (fl. 8).

O pedido liminar foi **indeferido** às fls. 151-153.

Informações prestadas às fls. 156-197 e 209-211.

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul manifestou-se, como parte interessada, às fls. 204-208, pelo não conhecimento do **habeas corpus**.

# *Superior Tribunal de Justiça*

O Ministério Público Federal, às fls. 213-217, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, em parecer com a seguinte ementa:

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. CONCESSÃO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. IMPOSSIBILIDADE. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO. OBSERVÂNCIA DE TODO O HISTÓRICO CARCERÁRIO DO APENADO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA, QUE LEVOU EM CONTA O FATO DE O PACIENTE TER PRATICADO FALTAS GRAVES (FUGAS). AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO HABEAS CORPUS."*

**É o relatório.**

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Assim, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

A Defesa busca, em síntese, por meio do presente **habeas corpus**, a reforma do v. acórdão que cassou a decisão proferida pelo d. Juízo das execuções e indeferiu o livramento condicional ao paciente, considerando

# Superior Tribunal de Justiça

ausente o requisito subjetivo com fundamento, dentre outros, na existência de várias faltas graves no histórico prisional do apenado.

Para a adequada delimitação da **questão**, transcrevo o teor do v. aresto, **verbis** (fls. 161-164 - grifei):

*"Do livramento condicional*

*Efetivamente, compulsando os documentos acostados, entendo deva prosperar a pretensão.*

*O apenado cumpre pena total atual de 11 anos e 1 mês de reclusão. Iniciou o cumprimento da reprimenda em 27.01.2006, cumpriu 09 anos, 05 meses e 23 dias da pena, ostentando saldo remanescente de 01 ano, 07 meses e 07 dias (fls. 42/48).*

*A Lei de Execuções Penais (LEP), em seu art. 112, preceitua que o condenado deve executar a sua pena de forma progressiva, com a transferência para regimes menos rigorosos quando sua conduta global indicar mérito para a progressão.*

*Tal sistema executório visa, sobretudo a reinserção gradativa do sentenciado no convívio societário, a fim de que este acumulando méritos ao longo da execução de sua pena galgue diferentes estágios até ficar claramente evidenciada sua reabilitação.*

*In casu, embora o sentenciado preencha o requisito temporal e possua bom comportamento carcerário, sua transferência per saltum para o livramento condicional é temerária. **Isto porque, quando agraciado com estágio de regime intermediário, não procurou se ajustar à nova condição prisional. Pelo contrário, ao deparar-se com uma menor vigilância, empreendeu falta grave, a qual, por consequência, regrediu seu regime.***

*Igualmente, deve-se ter cautela no deferimento da benesse, porquanto que se trata de apenado que cometeu crime com violência ou grave ameaça (roubo majorado) e ao longo do cumprimento da pena cometeu oito fugas, permanecendo 1218 dias afastado do sistema prisional, além de praticar dois novos crimes.*

*Daí percebe-se, o reeducando ainda não oferece seguras mostras de se achar capacitado para ingresso direto no livramento condicional, sem ponderáveis riscos de recidiva, seja no descumprimento das condições impostas ou na prática de ilícitos.*

*É sabido que para a obtenção do benefício não basta somente o cumprimento do requisito temporal. Necessários e imprescindíveis a comprovação de comportamento satisfatório durante a execução da pena, o bom desempenho no trabalho atribuído no presídio e, ainda, aptidão para prover a própria subsistência.*

*(...)*

*No caso, aconselhável seja novamente testado em regime intermediário, a fim de se conhecer sua provável capacidade de adaptar-se a situação de maior liberdade, demonstrando estar apto a merecer confiança e*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*possibilidade de arcar com responsabilidades, tendo em vista as regalias e a liberdade que irá gozar no livramento condicional.*

*Devem ser, também, sopesados os demais elementos informativos a fim de auferir sua efetiva condição subjetiva para obtenção do progresso prisional.*

*Ainda assim, o juiz das execuções não está adstrito ou totalmente vinculado ao trabalho pericial, podendo decidir contrariamente a estes se julgar conveniente em nome do interesse maior que é o social. Na execução penal, diversamente do que sucede com o processo penal, a dúvida se reverte em favor da sociedade, não sendo recomendável que se conceda crédito de confiança àqueles sentenciados que revelem inadaptação a regime menos severos.*

***Por tais motivos, com a devida vênia do juiz das execuções, embora preenchidos os requisitos exigidos na LEP, sua conduta pregressa em regime de menor vigilância, não demonstra efetivas condições ao benefício.***

*Assim, inviável a concessão da benesse."*

Com efeito, a jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que o cometimento de falta grave no curso da execução, conquanto não interrompa o lapso temporal para a concessão do **livramento condicional** (Enunciado sumular n. 441/STJ), pode impedir a concessão do benefício, por ausência de implementação do **requisito subjetivo**, nos termos do art. 83, III, do Código Penal.

Assim, a existência de fatos concretos ocorridos no curso da execução das reprimendas, notadamente a **prática de 8 (oito) faltas graves (fugas), com consequente interrupção do cumprimento da pena por 1218 (mil duzentos e dezoito) dias, cometendo 2 (dois) novos crimes enquanto permaneceu foragido**, denotam a ausência do requisito subjetivo e constituem motivação idônea para a negativa do livramento condicional.

Nesse sentido, cito os seguintes precedentes desta Corte Superior de Justiça:

***"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. FALTAS GRAVES. REQUISITO SUBJETIVO NÃO IMPLEMENTADO. HISTÓRICO PRISIONAL DO PACIENTE. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. LIMITAÇÃO DO PERÍODO DE AFERIÇÃO DO REQUISITO***

# *Superior Tribunal de Justiça*

**SUBJETIVO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. ORDEM NÃO CONHECIDA.**

[...]

**2. As faltas graves praticadas no decorrer da execução penal não interrompem o prazo para a obtenção do livramento condicional - Súmula n. 441/STJ - mas justificam o indeferimento do benefício, pelo inadimplemento do requisito subjetivo. Precedentes.**

**3. Não se aplica limite temporal à análise do requisito subjetivo, devendo ser analisado todo o período de execução da pena, a fim de se averiguar o mérito do apenado. Precedentes.**

**Habeas corpus não conhecido" (HC n. 424.311/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe de 15/02/2018).**

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. AFERIÇÃO DE REQUISITO SUBJETIVO. REALIZAÇÃO DE PRÉVIO EXAME CRIMINOLÓGICO. DECISÃO FUNDAMENTADA. POSSIBILIDADE. SÚMULA 439/STJ. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.**

**1. Embora a Lei n. 10.792/2003, introduzindo nova redação ao artigo 112 da LEP, tenha facultado ao magistrado deferir o livramento condicional considerando o atestado de bom comportamento carcerário, não lhe é vedado aferir o mérito do reeducando por outros elementos. Incidência da Súmula n. 439/STJ ("Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada).**

**2. Na hipótese, se fez registrar a gravidade dos crimes praticados pelo condenado, a pena a cumprir, a reincidência, bem como o histórico carcerário com o registro de 4 (quatro) faltas disciplinares, o que indica a sua periculosidade e, portanto, a necessidade de analisar com mais cuidado a plena capacidade do reeducando de retorno à sociedade.**

**3. Agravo regimental desprovido" (AgRg no HC n. 404.156/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 04/12/2017).**

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO NÃO ATENDIDO. HISTÓRICO DE FALTAS DISCIPLINARES. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*I - Para a concessão do benefício do livramento condicional, nos termos do art. 83 do CP, deve o reeducando preencher não somente o requisito de natureza objetiva (fração de cumprimento da pena), mas também o de natureza subjetiva (comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover ao próprio sustento de maneira lícita).*

*[...]*

*III - Na hipótese, a eg. Corte estadual afastou a configuração do requisito subjetivo com fundamentação idônea, fazendo remissão a fatos concretos ocorridos no curso do desconto da reprimenda, notadamente, as anotações constantes do histórico carcerário do paciente, notadamente a prática de faltas disciplinares.*

*Agravo regimental desprovido" (AgRg no HC n. 407.799/MS, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 21/11/2017).*

Ademais, é também firme o posicionamento desta Corte Superior no sentido de ser inviável, em sede de **habeas corpus**, desconstituir a conclusão a que chegou a instância ordinária sobre o não preenchimento do requisito subjetivo para o livramento condicional ou outro benefício, uma vez que tal providência implica o reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita.

Nesse sentido:

*"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. NOVA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. MOTIVAÇÃO SUFICIENTE. INTERRUÇÃO DO PRAZO. SÚMULA 441/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. WRIT NÃO CONHECIDO.*

*[...]*

*III - Para a concessão do livramento condicional, o magistrado deve examinar o efetivo cumprimento do requisito objetivo e subjetivo*

*IV - In casu, o eg. Tribunal de origem, na decisão que cassou o livramento condicional, asseverou que o paciente não atendeu os requisitos objetivo e subjetivo para a concessão do benefício.*

*V - Esta Corte possui entendimento consolidado no sentido de ser inviável, na via estreita do habeas corpus,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*examinar se estão ou não presentes os requisitos objetivo e subjetivo para o livramento condicional, pois demandaria aprofundado exame de provas, inviável nesta via angusta.*

*Habeas Corpus não conhecido*" (HC n. 401.948/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 15/08/2017, grifei).

**"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL INDEFERIDA. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO. DECISÃO FUNDAMENTADA. CONTURBADO HISTÓRICO PRISIONAL DO PACIENTE. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. NOVO DELITO COMETIDO DURANTE O LIVRAMENTO CONDICIONAL. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

[...]

2. *In casu*, as instâncias ordinárias indeferiram o pleito de progressão de regime prisional, sob o fundamento de não preenchimento do requisito subjetivo para obtenção do benefício, destacando a gravidade concreta dos crimes cometidos, a longevidade da pena e a prática de novo delito durante o livramento condicional anteriormente deferido.

3. *Verifica-se a idoneidade da fundamentação adotada, haja vista o posicionamento desta Superior Corte de Justiça, no sentido de que a análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo das Execuções Criminais, com base em fatos concretos ocorridos no bojo da execução penal, autoriza o indeferimento do pedido de progressão de regime pela falta do requisito subjetivo.*

4. *Afastar o entendimento manifestado pelas instâncias de origem quanto ao não preenchimento do requisito subjetivo demandaria o reexame de material fático-probatório, inadmissível na via estreita do mandamus.*

5. *Habeas corpus não conhecido*" (HC n. 397.552/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 20/06/2017, grifei).

Desta forma, verifica-se que o v. acórdão combatido está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, não restando configurada a ilegalidade apontada.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**



# *Superior Tribunal de Justiça*

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
Relator

